

| Planejamento

Hora de preparar os professores

Somente com docentes bem informados, a implantação da Base será efetiva. Listamos sete dúvidas sobre esse processo



Ao lado da diretora, Ademir precisou convencer docentes de que a Base não será engavetada. Foto: Dan Castilho

O ano começa intenso para os gestores, que têm papel fundamental para transformar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) em realidade. Diretores e coordenadores pedagógicos precisam garantir que os professores estejam preparados para trabalhar com o documento, pois são eles os principais aliados para levar as propostas da Base à sala de aula. Com todos bem informados, será mais fácil para a equipe gestora, em conjunto com os docentes, elaborar o currículo da instituição (aqui também em parceria com as redes) e revisar o projeto político-pedagógico (PPP). "Esse é um momento especial e único. Pode virar um nada ou podemos aproveitar para fazer algo diferente e dar um salto educacional no Brasil", diz Maria Amábile Mansutti, coordenadora técnica do Centro de Estudos e Pesquisas em Educação, Cultura e Ação Comunitária (Cenpec), em São Paulo.

Para preparar os docentes, é preciso envolvê-los. É o que já faz Ademir Almagro, coordenador da EMEB Professora Hebe de Almeida Leite Cardoso, em Novo Horizonte (SP). Há seis meses, ele debate o assunto com a equipe. Quando o tema surgiu, nenhum professor sabia do documento e muitos foram reticentes. "Agora, estão mais dispostos para o trabalho deste ano: entender o documento final da Base e reconstruir o PPP", diz.

A estratégia foi informar e garantir uma conversa aberta sobre o tema. É a mesma adotada por Willmann Costa, diretor do CE Chico Anysio, no Rio de Janeiro: "Ouvir as inquietações dos professores ajuda a quebrar as resistências". E também estimulá-los a pensar em como colocar a Base em prática. "Se a formação vier só da secretaria, eles vão achar que é uma obrigação apenas e a Educação não pode ser vista dessa maneira", afirma ele.

Implantação em rede

Há sistemas de ensino que já avançaram no processo de implantação da BNCC. A Secretaria Municipal de São Paulo, por exemplo, construiu, em 2017, um currículo baseado nas versões preliminares do documento. "Ele está alinhado e precisará de poucas alterações", diz Leila Oliveira, coordenadora da SME-SP.

Outras ainda estão se articulando. No Mato Grosso do Sul, estado e municípios escolheram unir forças e elaborar um único currículo. "Muitos docentes dividem rede: dão aula no município de manhã e no estado à tarde, por exemplo. Não teria nexo ter propostas diferentes", diz Hélio Daher, coordenador do Núcleo de Implementação da BNCC no MS. A previsão é de lançar o currículo em novembro.

Independentemente do estágio em que se encontra a implantação em sua região, é importante buscar articulação entre secretarias, gestores e professores. A seguir, esclarecemos algumas das principais dúvidas sobre o processo.

O que o gestor pode fazer agora?

Sete respostas sobre como preparar a sua escola para adotar a Base Nacional Comum.

1. Redes e escolas: quem fará o quê?

As redes estaduais e municipais irão criar novos currículos baseados na BNCC, além de conduzir a formação de gestores e professores. Isso será feito com o apoio técnico do MEC. Nas escolas, a equipe gestora deve trabalhar com os docentes para transformar o conteúdo da Base e as propostas que vierem das redes em uma versão própria. A parceria vale também para rever o PPP. Procure a sua secretaria para obter informações sobre a implantação da Base e saber como participar. Mas não precisa esperar. No CE Chico Anysio, por exemplo, o diretor Willmann organiza reuniões aos sábados na escola para debater o tema, mesmo sem ter aprovada a versão para o segmento em que atua, o Ensino Médio. Os encontros atraem professores, coordenadores e alunos da região.

2. O que é a parte diversificada?

Além das habilidades previstas na BNCC, o currículo pode incluir a parte diversificada. Nela entram os conteúdos escolhidos pelas escolas e redes de acordo com a realidade local. É o espaço para abranger características regionais da cultura, da economia, da sociedade e dos alunos. Por exemplo: se a escola quiser, pode organizar um currículo que proponha trabalhar Educação Ambiental, programação, capoeira, língua indígena, identidade de gênero etc. O ideal é que essa parte seja um reflexo de debates entre gestores, professores, alunos e famílias sobre o que os identifica e os diferencia. Por causa das especificidades de cada escola, é fundamental que não se copie a proposta de outra instituição. "Não é um trabalho que se possa encomendar ou delegar a outros", alerta Maria Amábile, do Cenpec

3. Como fazer um currículo?

A BNCC traz os conhecimentos que se quer alcançar, mas é o currículo que determina como isso será feito. Esse documento deve conter quais conteúdos serão abordados a cada ano (é obrigatório incluir todas as habilidades indicadas na Base e mais a parte diversificada), quais estratégias pedagógicas serão utilizadas e os processos de avaliação adotados. Além de procurar obras de referência sobre o assunto, o gestor pode aproveitar que as redes estaduais e municipais irão rever esse documento em conjunto com as instituições de ensino para aprender como é feita sua construção. Para isso, precisa participar ativamente do processo. A experiência poderá, depois, ser aplicada para a elaboração do currículo interno da escola. Essa estratégia foi proposta no Mato Grosso do Sul. A secretaria estadual fez uma parceria com os municípios, em que cada um envia um representante para ser formado na capital. Esse profissional aprenderá a construir um currículo e depois formará os coordenadores das escolas de sua cidade. "Nossa intenção não é só implantar a Base e criar um currículo em conjunto, mas ensinar as redes municipais a fazer o documento. Se mais adiante elas quiserem refazê-lo, saberão o passo a passo", justifica Hélio, da rede estadual.



Desde 2017, Willmann (ao centro, de camisa clara), debate a BNCC com colegas da região. Foto: Dan Castilho

4. Como a Base afeta o PPP?

O PPP estabelece o plano de ação da escola, então, qualquer mudança nas diretrizes o afeta. Além de abranger o currículo, o documento deve ser construído enxergando o contexto local, os recursos disponíveis, a relação professor e aluno e o público atendido. Também inclui as metodologias de ensino da instituição. Agora é o momento de escrever neste guia as especificidades da sua comunidade, que a Base não contempla por ser mais geral. Para encontrar mais informações sobre como colocar em prática o PPP, acesse bit.ly/PPP-na-pratica.

5. Quando começar a formação docente?

Os estudos para entender a Base devem começar já, para que os professores possam participar ativamente da revisão do currículo e do PPP. Depois dessas etapas, começa a formação continuada propriamente dita, em que os gestores, principalmente os coordenadores pedagógicos, auxiliam na criação de estratégias pedagógicas e no planejamento dos professores. Vale também verificar com a secretaria da região se a rede irá organizar formações que abranjam diversas escolas.



Hélio (no centro, de óculos) ao lado de gestores do MS: decisão foi de ter currículo único. Foto: Dan Castilho

6. Como ficam o PNLD e a Prova Brasil?

As escolas continuarão usando o livro didático como ferramenta. Mas, agora, as obras serão produzidas tendo a Base como referência. O último edital do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), para a escolha do material para Educação Infantil e Fundamental 1, já exigia que os títulos seguissem a BNCC. O edital para Fundamental 2 está previsto para 2018. As matrizes de referências para Prova Brasil e demais avaliações externas têm prazo de um ano para se alinharem à Base

7. E se eu não aplicar a Base?

Não estão previstas, por enquanto, fiscalizações e penalizações, mas escolas que não seguirem as diretrizes terão dificuldades nas avaliações externas (que influenciam, por exemplo, a distribuição de recursos). "Ainda que a BNCC não esteja de acordo com aquilo que todos esperam, negá-la pode nos colocar em um lugar pior do que aquele em que estamos", acredita Maria Amábile. Vale ressaltar que, em cinco anos, o documento será revisto. "Temos agora a possibilidade de, se acharmos necessário, fazer ajustes na criação dos currículos e dos PPPs."